

OI S.A.

(atual denominação da BRASIL TELECOM S.A.)

7ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2015

Rio de Janeiro, 29 de Abril de 2016.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 7ª Emissão de Debêntures da OI S.A. (atual denominação da BRASIL TELECOM S.A.) (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Companhia Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à companhia emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

Características da Emissora

- Denominação Social: OI S.A.
- CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43
- Diretor de Relação com Investidores: Sr. Flavio Nicolay Guimarães
- Atividades: a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias, ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas. Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como: (i) participar do capital de outras empresas; (ii) constituir subsidiárias integrais para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum; (v) efetuar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Características da Emissão

- Emissão: 7ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 08/08/2011
- Data de Vencimento: 08/08/2017
- Banco Escriurador/ Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: BRTO17/ BROIBRDBS011
- Coordenador Líder: Banco Santander (Brasil) S.A.

- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta serão utilizados para capital de giro, amortização das dívidas com vencimento em 2011 e alongamento do perfil de endividamento da Companhia.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 01/09/2015, foram aprovadas (i) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a alteração do capital social da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, na reunião realizada em 25/02/2015, bem como (ii) a reforma do Estatuto Social para antecipar a adoção pela Companhia de práticas elevadas de governança corporativa e a dispersão do direito de voto, em linha com os compromissos de governança assumidos com o mercado.

Em AGE, realizada em 13/11/2015, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a alteração na composição do capital social da Companhia em virtude do resultado da conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Companhia, aprovada em AGE da Companhia realizada em 01/09/2015 e homologada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08/10/2015.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada – STFC;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: pulverizado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,88 em 2014 para 0,82 em 2015;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,16 em 2014 para 1,49 em 2015;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,15 em 2014 para 1,47 em 2015;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,27 em 2014 para 0,28 em 2015.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 124% de 2014 para 2015. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou aumento de 33% de 2014 para 2015. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 32% de 2014 para 2015. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 39% de 2014 para 2015 e uma variação positiva no índice de endividamento de 5% de 2014 para 2015.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
 - VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000.000,0000
 - ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
 - REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 1,0% a.a., conforme previsto na Escritura de Emissão.
 - PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2015):

Juros:

08/08/2015 – R\$ 1.327.014,470000

Aquisição Facultativa:

26/06/2015 – R\$ 10.905.215,87000

29/09/2015 – R\$ 9.946.003,162628

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 0

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 100

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia Emissora: conforme item 4 acima.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros descritos no item 6.22, alínea “xix”, da Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora, integrante do bloco de controle ou do mesmo grupo da emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontrou, durante a vigência das debêntures desta Emissão, plenamente apta no exercício da sua função de Agente Fiduciário.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.518.584	354.084	14.898.063	2.449.206
Aplicações financeiras	8	18.153	24.437	1.801.720	171.415
Instrumentos financeiros derivativos	18	103.537	141.096	606.387	340.558
Créditos com partes relacionadas	26		2.444.054		
Contas a receber	9	2.428.751	1.978.558	8.379.719	7.450.040
Estoques		34.658	28.347	351.993	478.499
Tributos correntes a recuperar	10	370.076	219.681	915.573	1.097.189
Outros tributos	11	210.603	247.507	922.986	1.054.255
Depósitos e bloqueios judiciais	12	887.449	881.595	1.258.227	1.133.639
Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	891.270	854.231		
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24	700	1.623	753	1.744
Despesas antecipadas		26.046	27.040	293.036	301.181
Ativos mantidos para venda	28	5.455.262	2.821.322	7.686.298	33.926.592
Demais ativos		527.312	390.329	952.254	882.477
		<u>12.472.401</u>	<u>10.413.904</u>	<u>38.067.009</u>	<u>49.286.795</u>
Não circulante					
Créditos com partes relacionadas	26	3.353.617	707.802		
Aplicações financeiras	8	20.580	18.465	125.966	111.285
Instrumentos financeiros derivativos	18	5.290.136	2.114.364	6.780.316	2.880.923
Tributos diferidos a recuperar	10	6.461.517	4.381.261	8.883.002	7.625.772
Outros tributos	11	194.696	198.768	659.899	741.911
Depósitos e bloqueios judiciais	12	8.426.835	7.886.194	13.119.130	12.260.028
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24	124.289	42.149	129.128	45.752
Despesas antecipadas		7.905	20.412	71.194	104.398
Demais ativos		325.629	298.958	225.310	222.843
Investimentos	13	17.144.175	19.186.213	154.890	148.411
Imobilizado	14	5.498.089	5.575.321	25.497.191	25.670.026
Intangível	15	232.925	239.831	3.301.771	3.690.978
		<u>47.080.393</u>	<u>40.669.738</u>	<u>58.947.797</u>	<u>53.502.327</u>
Total do ativo		<u>59.552.794</u>	<u>51.083.642</u>	<u>97.014.806</u>	<u>102.789.122</u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Salários, encargos sociais e benefícios		168.660	203.686	660.415	744.439
Fornecedores	16	1.388.520	1.397.610	5.004.833	4.336.566
Empréstimos e financiamentos	17	5.257.349	1.833.897	11.809.598	4.463.728
Débitos com partes relacionadas	17	245.076	67.154		
Instrumentos financeiros derivativos	18	1.890.443	444.106	1.988.948	523.951
Tributos correntes a recolher	10	82.009	71.877	339.624	477.282
Outros tributos	11	762.079	810.513	1.553.651	1.667.599
Dividendos e juros sobre o capital próprio		65.663	181.477	96.433	185.138
Autorizações e concessões a pagar	19		40.052	911.930	675.965
Programa de refinanciamento fiscal	20	42.694	52.590	78.432	94.041
Provisões	21	622.213	637.244	1.020.994	1.058.521
Provisões para fundos de pensão	24	144.337	129.401	144.589	129.662
Passivos associados a ativos mantidos para venda	28			745.000	27.178.221
Demais obrigações	22	2.753.145	347.650	1.219.624	1.021.719
		<u>13.422.188</u>	<u>6.217.257</u>	<u>25.574.071</u>	<u>42.556.832</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	14.931.006	17.554.682	48.047.819	31.385.667
Débitos com partes relacionadas	17	12.790.445	5.185.699		
Instrumentos financeiros derivativos	18	521.395	127.730	521.395	142.971
Outros tributos	11	126.253	88.613	924.337	874.727
Autorizações e concessões a pagar	19			6.607	685.975
Programa de refinanciamento fiscal	20	436.961	467.327	716.656	896.189
Provisões	21	1.808.332	2.304.828	3.413.972	4.073.247
Provisões para fundos de pensão	24	399.396	346.789	399.431	346.873
Demais obrigações	22	1.901.154	988.425	3.004.307	2.515.152
		<u>32.914.942</u>	<u>27.064.093</u>	<u>57.034.524</u>	<u>40.920.801</u>
Patrimônio líquido	23				
Capital		21.438.374	21.438.220	21.438.374	21.438.220
Custo de emissão de ações		(377.429)	(309.592)	(377.429)	(309.592)
Reservas de capital		7.016.003	3.977.623	7.016.003	3.977.623
Reservas de lucro			1.933.354		1.933.354
Obrigações em instrumentos patrimoniais			(2.894.619)		(2.894.619)
Ações em tesouraria		(5.531.092)	(2.367.552)	(5.531.092)	(2.367.552)
Outros resultados abrangentes		338.226	45.126	338.226	45.126
Varição de porcentagem de participação		3.916	3.916	3.916	3.916
Prejuízos acumulados		(9.672.334)	(4.024.184)	(9.672.334)	(4.024.184)
		<u>13.215.664</u>	<u>17.802.292</u>	<u>13.215.664</u>	<u>17.802.292</u>
Participação dos não controladores	28			1.190.547	1.509.197
Total do patrimônio líquido		<u>13.215.664</u>	<u>17.802.292</u>	<u>14.406.211</u>	<u>19.311.489</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>59.552.794</u>	<u>51.083.642</u>	<u>97.014.806</u>	<u>102.789.122</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Operações continuadas					
Receitas de vendas e/ou serviços	4 e 5	6.228.990	6.531.101	27.353.765	28.247.099
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(2.534.058)	(2.860.665)	(15.308.634)	(15.229.602)
Lucro bruto		3.694.932	3.670.436	12.045.131	13.017.497
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	5 e 13	(4.104.581)	1.359.550	(21.883)	(5.881)
Despesas com vendas	5	(1.078.923)	(1.311.597)	(4.744.518)	(5.611.772)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.242.956)	(1.247.489)	(3.832.995)	(3.751.410)
Outras receitas operacionais	5	427.922	966.668	1.630.056	4.466.914
Outras despesas operacionais	5	(873.534)	(613.893)	(2.373.395)	(2.440.710)
		(6.872.072)	(846.761)	(9.342.735)	(7.342.859)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos		(3.177.140)	2.823.675	2.702.396	5.674.638
Receitas financeiras	5 e 6	1.513.699	840.628	4.904.550	1.344.767
Despesas financeiras	5 e 6	(5.004.447)	(3.722.218)	(13.307.650)	(5.891.332)
Resultado financeiro	5 e 6	(3.490.748)	(2.881.590)	(8.403.100)	(4.546.565)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações		(6.667.888)	(57.915)	(5.700.704)	1.128.073
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	7	(48.127)	(11.970)	(781.576)	(622.001)
Diferido	7	712.965	76.713	66.537	(497.954)
Lucro (Prejuízo) líquido das operações continuadas		(6.003.050)	6.828	(6.415.743)	8.118
Operações descontinuadas					
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	28	1.068.142	(4.414.539)	1.068.142	(4.414.539)
Prejuízo do exercício		(4.934.908)	(4.407.711)	(5.347.601)	(4.406.421)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		(4.934.908)	(4.407.711)	(4.934.908)	(4.407.711)
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				(412.693)	1.290
Prejuízo básico e diluído por ação:					
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)	23(h)	(6,76)	(7,15)	(6,76)	(7,15)
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(6,76)	(7,15)	(6,76)	(7,15)
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação – Operações continuadas:					
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)	23(h)	(8,23)	0,01	(8,23)	0,01
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(8,23)	0,01	(8,23)	0,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Oi S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Mais valia e redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia incorporou sua acionista Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) em 1º de setembro de 2015. Os ativos da TmarPart incluíam a mais-valia originada na aquisição da Brasil Telecom Participações S.A. (“BrT”, atualmente Oi S.A.), que como permitido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em seu OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-5/N.º 119/2013, foi estornada dos livros da Companhia e recomposta em nível consolidado da TmarPart, até a sua completa amortização em 2025. Embora, não exista norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil, interpretações indicam que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia seria uma escolha de prática contábil pela Companhia. No entanto, o posicionamento contido no Ofício CVM é pela sua manutenção nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista TmarPart. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23.c, a Companhia, na incorporação, não incluiu a mais-valia no acervo líquido. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, os saldos do ativo não circulante e do patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 1.233.299 mil, referente ao saldo líquido da mais-valia no montante de R\$ 9.079.988 mil deduzido da perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) de R\$ 7.211.353 mil e dos efeitos tributários de R\$ 635.336 mil. O prejuízo do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$ 4.993.072 mil, referente ao não registro da amortização da mais-valia de R\$ 233.579 mil e da perda de seu valor recuperável de R\$ 4.759.493 mil, ambos líquidos dos efeitos tributários. A administração da Oi S.A. apresentou uma consulta técnica à CVM sobre a política contábil adotada, a qual está sob análise do regulador.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Oi S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfase

Continuidade operacional

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 3.4.3 das demonstrações financeiras, que descrevem o plano de ação definido pela administração para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa da Companhia. Essas condições aliadas a eventual não concretização do plano descrito, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade dos negócios da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F - RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4